

Licitação de projetos para novos terminais de ônibus é aberta em maio

Em 29 de maio, envelopes serão abertos para equipamentos no Campo Belo e nos Amarais

Daqui a dois meses, em 29 de maio, Campinas abrirá os envelopes das empresas interessadas em fazer os projetos dos novos terminais de ônibus, que serão construídos nas regiões do Campo Belo e dos Amarais, e que receberão equipamentos de porte médio com padrão semelhante ao do Terminal de Barão Geraldo. O planejamento municipal estabelece que o investimento estimado para a elaboração dos projetos iniciais é de R\$ 700 mil, sendo que as obras de construção subsequentes terão custos estimados entre R\$ 4 e R\$ 5 milhões para cada unidade.

A abertura das propostas, no dia 29 de maio, não contempla a execução imediata das obras, mas a contratação de serviços para realização de levantamento planialtimétrico e cadastral, execução de sondagens e elaboração da modelagem completa dos terminais, incluindo memorial descritivo e planilha orçamentária por empresa de arquitetura e engenharia. A abertura dos envelopes ocorre nessa data devido ao cumprimento da lei que exige o prazo de 35 dias úteis entre a publicação do edital e a oficialização das propostas.

Com a contratação dos projetos executivos será possível licitar posteriormente a execução das obras físicas. A previsão da administração municipal é de que, após a conclusão dos projetos técnicos, as construções possam



Prefeitura de Campinas

Planejamento municipal estabelece investimento de cerca de R\$ 700 mil para projetos

ser iniciadas dentro de um prazo aproximado de dois anos.

Campo Belo

O terminal será implantado em área próxima à Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos (SP-324) - que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Viracopos. A localização justifica-se pelo fato da região possuir linhas de ônibus que atendem a diversos bairros como Campo Belo 1, Campo Belo 2, Campo Belo 3, Vila Palmeiras, Jardim Itaguaçu,

Cidade Singer e Dom Gilberto.

Amarais

A instalação ocorrerá na avenida Comendador Aladino Selmi, também próxima a Viracopos, onde já existe um terminal de ônibus, que é considerado pequeno para a demanda atual.

Pela via, passam linhas que atendem bairros em crescimento como São Marcos, Santa Mônica e Jardim Campineiro, exigindo que a estrutura atual seja ampliada para suportar a expansão.

A região é formada pelos bairros Santa Mônica, São Marcos, Campineiro, Recanto da Fortuna e Vila Esperança, contando com uma população aproximada de 40 mil habitantes. Pertence à APG Amarais, onde cerca de 31 mil usuários utilizam o transporte coletivo diariamente em 13 linhas, sendo que dez delas seguem em direção ao Centro e as demais realizam trajetos adjacentes ou setoriais.

A estrutura atual conta com a Estação de Transferência Ama-

rais, localizada a cerca de oito quilômetros da área central, sendo que o termo APG está previsto no Plano Diretor Estratégico de Campinas com o objetivo de realizar a gestão do território de forma integrada para permitir o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Poder Público.

Licitação do transporte

A Sancetur e o consórcio Grande Campinas arremataram a concessão do transporte público campineiro em sessão na sede da B3, em São Paulo, em 5 de março. O contrato estabelece a operação do sistema por 15 anos, com possibilidade de extensão por mais cinco, movimentando um montante de R\$ 11 bilhões.

A operação do Lote Sul ficou com a Sancetur, que será responsável pelas regiões Leste, Sul e Sudoeste, abrangendo Centro, Parque Oziel e Ouro Verde. A empresa apresentou uma proposta de R\$ 9,54 para a tarifa de remuneração, o que representa um deságio de 14,9% em relação ao teto de R\$ 11,21 fixado no edital.

O Lote Norte será gerido pelo consórcio Grande Campinas, atendendo as regiões Norte, Oeste e Noroeste, incluindo Barão Geraldo e Campo Grande.

O grupo venceu a disputa ao oferecer R\$ 9,49 pela tarifa de remuneração, valor 19,3% inferior ao limite máximo de R\$ 11,76 determinado pela licitação.

Por unanimidade, Tribunal de Justiça proíbe rodeio

Por Raquel Valli

Campinas voltou a proibir os rodeios e espetáculos com animais na cidade. É que os artigos 99 e 100 do Estatuto Municipal de Proteção dos Animais (Lei 15.449/2017) voltaram a valer. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) encerrou de forma unânime a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) solicitada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que havia pedido a derrubada dos artigos que proíbem os eventos. A medida cautelar, provisória, havia sido aceita pelo Judiciário em setembro do ano passado, e, desde então, Campinas podia realizá-los até que o caso fosse julgado de forma definitiva.

O partido ingressou com a ação por iniciativa do vereador Arnaldo Salvetti, sob o argumento de que os dispositivos municipais

ultrapassavam as competências legislativas da cidade e apresentavam contrariedade em relação às legislações estadual e federal.

“Com o encerramento da ação, permanece plenamente válida a legislação que coíbe práticas que submetem animais à dor, sofrimento e estresse, muitas vezes ainda defendidas sob o argumento de tradição cultural. A decisão reforça o entendimento constitucional de que a proteção à fauna é um dever jurídico, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal”, afirma a advogada ambiental e de direitos dos animais, Angélica Soares.

“Na prática, isso significa que atividades que envolvam maus-tratos — ainda que culturalmente difundidas — não encontram respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. O Judiciário tem se posicionado de forma cada vez mais firme no sentido de impedir

retrocessos, reconhecendo que os animais são seres sencientes”, acrescenta. “Inclusive, decisões recentes envolvendo municípios da região evidenciam esse avanço, ao rejeitarem argumentos tecnicamente frágeis, como a tentativa de classificar animais submetidos a condições adversas como ‘atletas’, relativizando necessidades básicas como hidratação e descanso. Tais fundamentos foram corretamente considerados incompatíveis com os princípios de proteção e dignidade animal”, pontua a advogada. “Práticas que impliquem sofrimento animal não podem ser legitimadas sob qualquer justificativa, seja cultural, econômica ou recreativa”, finaliza.

O outro lado

O Correio da Manhã entrou em contato com o vereador Salvetti e aguarda o posicionamento do parlamentar a respeito.



Tatiana Azeviche/ Agência Senado

MDB havia pedido a derrubada dos artigos que proíbem rodeios